



Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira

Escola Secundária Vergílio Ferreira

Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades

Memorial do Convento: História e Ficção

Madalena Oliveira, 12º.10ª. nº 14

Maria Ana Oliveira, 12º.10ª. nº 16

Mariana Resende, 12º.10ª. nº 19

Lisboa

Abril de 2026

Agrupamento de Escolas Vergílio Ferreira

Escola Secundária Vergílio Ferreira

Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades

Memorial do Convento: História e Ficção

Madalena Oliveira, 12º.10ª. nº 14

Maria Ana Oliveira, 12º.10ª. nº 16

Mariana Resende, 12º.10ª. nº 19

Trabalho de pesquisa para a disciplina de português lecionada pela professora
Cristina Coutinho

Lisboa

Abril de 2026

Índice

1. Introdução.....	4 e 5
2. Contexto histórico real.....	6 a 9
3. Crítica política.....	10 a 13
4. Crítica religiosa.....	14 a 17
5. Elementos ficcionais.....	18 a 22
6. Relação entre história e ficção.....	23 e 24
7. Conclusão.....	25 e 26
8. Bibliografia.....	27
9. ANEXO I.....	28 a 34

1. Introdução

Este trabalho incide sobre o romance *Memorial do Convento*, de José Saramago, destacando a forma inovadora como a obra articula história e ficção.

A narrativa decorre no século XVIII, durante o reinado de D. João V, fazendo o paralelo com a construção do Convento de Mafra, um acontecimento histórico real que simboliza o poder absolutista e o esforço coletivo do povo português. Ao integrar personagens fictícias, na qual se destacam Baltasar e Blimunda, o autor deseja reinterpretar criticamente o passado, dando voz às classes marginalizadas e questionando a visão tradicional da História.

Neste romance sobressai a visão crítica e humanista do seu autor, que se compromete a resgatar da invisibilidade histórica aqueles que realmente construíram o mundo, mas que a História oficial silenciou.

De facto, considera-se que o estudo deste tema na obra de José Saramago é fulcral para desenvolver uma consciência crítica sobre os processos históricos e narrativos. O estudo da relação entre literatura e História intercalado com elementos ficcionais e fantásticos promove uma leitura alternativa da realidade histórica, evidenciando desigualdades sociais, abusos de poder e o papel do povo na construção da nação.

Definem-se como objetivos gerais deste trabalho a reflexão sobre o papel das personagens populares na reconstrução do passado. O povo: os pedreiros, os servos, os operários, as mulheres anónimas, aparecem como a força que torna possível a grandiosidade do Convento de Mafra, embora não sejam reconhecidos pelos registos monárquicos ou religiosos.

Deste modo, pretende-se identificar o contexto histórico real, marcado pela vida de D. João V e pela Igreja e Inquisição; analisar a forma como é realizada uma crítica política e religiosa; interpretar os principais elementos ficcionais presentes na obra; e compreender de que forma a ficção contribui para a crítica da história oficial.

Recorrendo à seleção e análise de excertos relevantes da globalidade da obra *Memorial do Convento*, bem como da consulta de fontes secundárias credíveis, como artigos académicos e conteúdos disponíveis em sites institucionais, pretende-se fundamentar teoricamente esta análise.

NOTA: Todas as citações deste trabalho são retiradas de:

SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. 63. ed. Lisboa: Porto Editora, 2022.

2. Contexto histórico real

O contexto histórico no Memorial do Convento é fundamental para se conseguir compreender a crítica social e política a que Saramago dá ênfase. A obra situa-se no século XVIII, durante o reinado absolutista de D. João V, uma época marcada pelo forte controlo social e religioso, exercido pela Inquisição (“D. João, quinto do nome na tabela real,”¹).

D. João V é uma das personagens históricas centrais, que ao longo do romance é narrada a sua vida. Casou-se por conveniência com D. Maria Ana de Áustria sendo apenas um casamento de valor institucional.

Seguindo os princípios do absolutismo régio, o rei concentrava em si todo o poder e acreditava que a sua autoridade vinha diretamente de Deus. Por intermédio do ouro vindo do Brasil, viveu rodeado de luxo e promoveu grandiosas obras públicas e religiosas, tais como o Convento de Mafra, para expor o seu poder e prestígio. Apesar desta abundância e de se considerar Portugal como um país que se encontrava num período de prosperidade, servia apenas como um disfarce para ocultar a verdadeira situação da nação.

Continuando, ainda nas figuras históricas, é possível destacar-se Domenico Scarlatti e o Padre Bartolomeu de Gusmão.

Domenico Scarlatti é um compositor italiano com um enorme talento que veio para Lisboa desempenhar funções na corte portuguesa, neste caso como mestre de música da princesa D. Maria Bárbara.

Saramago descreve-o como uma personagem sentimental e aberta a novas experiências, particularmente através da relação que estabelece com o Padre Bartolomeu e com o projeto da Passarola.

A sua música também desempenha um papel fundamental, surgindo com uma dimensão espiritual e artística que se opõe à opressão social e religiosa.

Pode-se também referir que a presença do compositor evidencia igualmente o cosmopolitismo que existe na corte. A capital, ao receber artistas

¹ Capítulo 1, página 9.

e arquitetos estrangeiros, mantém então uma ligação relevante com outras capitais europeias.

O Padre Bartolomeu de Gusmão também se destaca entre as personagens históricas. Igualmente intitulado como “padre voador”, destacou-se pelo seu interesse científico e nas experiências relacionadas com a aerostática, evidente através da frase de Scarlatti ao referir a Passarola em “Se a passarola do padre Bartolomeu de Gusmão chegar a voar um dia, gostaria de ir nela e tocar no céu”².

Historicamente, o padre realizou diversas demonstrações para a corte portuguesa e embora os seus projetos não correspondam exatamente como a Passarola é descrita por Saramago, é necessário salientar que efetivamente as suas experiências existiram.

Todavia, Bartolomeu de Gusmão acaba por ser perseguido e marginalizado, realçando o destino de diversos inovadores numa época de pouca tolerância.

Outro acontecimento histórico central da obra é a construção do Convento de Mafra. Iniciou-se a partir de uma promessa onde o rei se comprometeu a construí-lo num prazo de um ano se a rainha conseguisse conceder-lhe um herdeiro, uma vez que se encontrava com dificuldades em proporcionar um sucessor para o trono, (“Prometo, pela minha palavra real, que farei construir um convento de franciscanos na vila de Mafra se a rainha me der um filho no prazo de um ano a contar deste dia em que estamos”³).

Deste modo, quando nasceu o seu descendente, o rei cumpriu a sua promessa, (“Haveremos convento.”⁴). Embora a construção estivesse dependente do nascimento do filho, a concretização da obra apenas foi possível devido ao ouro oriundo do Brasil.

O convento surge em simultâneo como um monumento religioso e uma demonstração da vaidade da monarquia. Assim sendo, Saramago exprime uma forte ironia, descrevendo a promessa com um tom crítico. Apesar da sua

² Capítulo 15, página 194;

³ Capítulo 1, página 13.

⁴ Capítulo 7, página 78.

grandiosidade, o autor recusou-se a exibi-lo apenas como um monumento. É neste romance histórico que o escritor vai para além de aquilo que é considerado como tradicional, abordando o mandato do rei D. João V na construção do convento, destacando o sofrimento necessário para a sua concretização. O convento assume assim um valor simbólico ambivalente. Por um lado, representa a luxúria arquitetónica e o poder régio; por outro lado, retrata o sofrimento da população que se sacrificou para que se pudesse erguer.

O tema dos maus-tratos a que população estava sujeita, é, talvez o aspeto mais marcante a que Saramago deseja destacar. Em contraste com os contos históricos centrados nas grandes elites, o autor persiste em dar voz às experiências dos trabalhadores, soldados e camponeses.

A construção do convento ajuda a tornar mais visível esta preocupação. Como já referido anteriormente, o romance descreve a fadiga e o sofrimento quotidiano, como no recrutamento para a construção onde os homens eram obrigados a afastarem-se das suas casas.

Estes indivíduos eram desumanizados e os seus corpos tornaram-se meros instrumentos para servirem a corte régia, realçando Baltasar que, após perder a sua mão numa batalha que não lhe trazia qualquer benefício pessoal, é abandonado pelo exército e marginalizado por ter deixado de ser útil ao sistema.

Apesar disso, a exploração do povo não se limita ao trabalho físico. Dentro da organização social existem diversas desigualdades profundas. Os nobres e o clero usufruem de privilégios quer económicos quer jurídicos, enquanto o povo pagava os impostos.

O ouro vindo do Brasil era essencialmente desperdiçado pela Corte, beneficiando sobretudo os grupos privilegiados, enquanto o povo permanecia vulnerável à fome e às doenças. Destaca-se então uma ironia nesta contradição: apesar de ser um reino enriquecido, ainda persiste na miséria, com cortes luxuosas que dependia do sacrifício emudecido de milhares de habitantes, evidente em diversos excertos do romance como em: “Tantas horas de esforço para tão pouco andar, tanto suor, tanto medo, e aquele monstro de pedra a resvalar quando devia estar parado, imóvel quando deveria mexer-se,

amaldiçoado sejas tu, mais quem da terra te mandou tirar e a nós arrastar por estes ermos.”⁵.

A Igreja Católica desempenhava um papel central na sociedade portuguesa na época. Não composta apenas pela instituição religiosa, mas também com uma força económica, política e cultural integrada no funcionamento do Estado (“D. Maria Ana deitou-se muito cedo, rezou antes de ir para a cama, em murmurado coro com as damas que a servem, e depois, coberta já pelo seu cobertor de penas, torna a rezar, reza infinitamente”⁶).

Foi durante o reinado de D. João V que a relação entre a Coroa e a Igreja teve uma maior proximidade. Esta ligação é evidente na construção do Convento de Mafra, uma vez que, embora associado à sua promessa pessoal, reforçava o prestígio régio e a influência religiosa.

Apesar de existir esta forte presença da Igreja no romance, não é tratada de uma forma idealizada. O autor diferencia a fé verdadeira do poder religioso, criticando a religião como meio para controlar a sociedade.

A Inquisição é a definição deste controlo. Foi criada em Portugal, pelo Tribunal do Santo Ofício destinada a combater crenças contrárias à da fé instituída no país e para observar os cristãos-novos que eram suspeitos de continuar a praticar o judaísmo. Surge então como um aparelho disciplinador para preservar a ordem social e a ideologia do país.

Finalizando, a obra *Memorial do Convento* ultrapassa a simples recriação da história do reinado de D. João V e da construção do convento, apresentando uma visão crítica para a miséria da sociedade portuguesa e das desigualdades e abusos de poder existentes na época.

⁵ Capítulo 19, página 280.

⁶ Capítulo 3, página 34.

3. Crítica política

Logo no início da obra, torna-se evidente uma crítica religiosa e política marcante, através da representação da sociedade portuguesa do tempo de D. João V. O autor recorre, frequentemente, à ironia para denunciar os abusos do absolutismo régio, da exploração do povo e da influência opressiva da Igreja Católica do século XVIII.

O poder absoluto é personificado pelo rei, escolhido por Deus para O representar na Terra. O poder régio e a Igreja estão, assim, intrinsecamente ligadas, e dominam a sociedade portuguesa, promovendo as desigualdades e a injustiça social. Para além de oprimirem, explorarem e manterem na pobreza o povo, o rei, a aristocracia e o alto clero vivem de forma abundante, confirmado a partir da complexidade e luxuosidade dos rituais de deitar o rei: “Despiram-no os camaristas, vestiram-no com o trajo da função e do estilo, passadas as roupas de mão em mão tão reverentemente como relíquias de santas que tivessem trespassado donzelas, e isto se passa na presença de outros criados e pajens, este que abre o gavetão, aquele que afasta a cortina, um que levanta a luz, outro que lhe modera o brilho, dois que não se movem, dois que imitam estes, mais uns tantos que não se sabe o que fazem nem por que estão. Enfim, de tanto se esforçarem todos ficou preparado el-rei, um dos fidalgos retifica a prega final, outro ajusta o cabeção bordado, já não tarda um minuto que D. João V se encaminhe ao quarto da rainha.”⁷.

Assim, o narrador compromete-se a desmontar a aura sagrada associada ao poder, reduzindo D. João V à sua condição humana, mostrando que, por detrás da máscara de majestade, há fraqueza, orgulho e vaidade. Denuncia a sua obsessão, teatralidade e sexualidade, de forma caricatural. É representado como uma figura autoritária e indiferente ao sofrimento e dificuldades do povo. Simboliza os excessos do absolutismo régio do século XVIII, concentrando em si todo o poder político e tomando decisões motivadas pela sua arbitrariedade, muitas vezes abusada e influenciada pelos seus interesses pessoais e pela procura de prestígio e grandiosidade, evidente através da ironia do narrador em “Em rei seria defeito a modéstia.”⁸. Destaca-se este carácter injusto do rei ao

⁷ Capítulo 1, página 11.

⁸ Capítulo 1, página 10;

perdoar o comportamento corrupto dos nobres e castigar os trabalhadores ("Outra contrariedade esperada é o auto-de-fé, não para a Igreja, que dele aproveita em reforço piedoso e outras utilidades, nem para el-rei que, tendo saído no auto senhores de engenho brasileiros, aproveita da fazenda deles, mas para quem leva seus açoites, ou vai degredado, ou é queimado na fogueira"⁹).

A construção do Convento de Mafra, mostra isso mesmo, e constitui o principal símbolo da crítica que o narrador pretende realizar. Nasce de uma promessa pessoal do rei associada ao seu desejo de garantir descendência ("construa vossa majestade o convento e terá brevemente sucessão, não o construa e Deus decidirá."¹⁰), revelando a ligação entre os interesses pessoais de cariz político e religioso.

Esta promessa religiosa adquire proporções gigantescas a nível social, marcada pelo desperdício, pela ostentação e pela exploração humana. Transforma-se numa obra megalómana e no símbolo do poder e ostentação da monarquia portuguesa ("o maior e mais formoso monumento sacro da história, que até me disseram já que comparado com isso S. Pedro de Roma é uma capela"¹¹).

Por esta razão, o narrador descreve de forma pormenorizada a exploração dos trabalhadores que colocaram as suas vidas em perigo ao construir o Convento.

Relata o recrutamento forçado dos trabalhadores para participar nas obras de Mafra, enfrentando fome, doença, exaustão e morte. O povo é tratado como um instrumento ao serviço da vontade real, sem qualquer consideração pela sua dignidade, verificado em: "Ordeno que a todos os corregedores do reino se mande que reúnam e enviem para Mafra quantos operários se encontrarem nas suas jurisdições, sejam eles carpinteiros, pedreiros ou braçais, retirando-os, ainda que por violência, dos seus mesteres, e que sob nenhum pretexto os deixem ficar, não lhes valendo considerações de família, dependência ou anterior obrigação, porque nada está acima da vontade real, salvo a vontade

⁹ Capítulo 9, página 101;

¹⁰ Capítulo 1, página 12;

¹¹ Capítulo 21, página 317;

divina, e a esta ninguém poderá invocar, que o fará em vão, porque precisamente para serviço dela se ordena esta providência, tenho dito.”¹².

Além disso, o transporte da pedra que viria a formar a varanda principal da fachada do edifício, ilustra de forma particularmente intensa os abusos do poder régio. Demonstra o sofrimento intenso imposto aos trabalhadores, submetidos a esforços extremos e a condições desumanas. Muitos acabam mutilados ou mortos, o que revela a insensibilidade e desprezo pela vida humana por parte do rei que negligencia o seu sofrimento e o desperdício das suas vidas, ceifadas violentamente na construção do monumento (“em grande alarido de quem fazia a força e de quem a mandava fazer, um homem distraiu-se, deixou ficar um pé debaixo da roda, ouviu-se um berro, um grito de dor insuportada, a viagem começa mal. Baltasar estava perto com os seus bois, viu o sangue esguichar”¹³ e “Distraiu-se talvez Francisco Marques, ou enxugou com o antebraço o suor da testa, ou olhou cá do alto a sua vila de Cheleiros, enfim se lembrando da mulher, fugiu-lhe o calço da mão no preciso momento em que a plataforma deslizava, não se sabe como isto foi, apenas que o corpo está debaixo do carro, esmagado, passou-lhe a primeira roda por cima, mais de duas mil arrobas só a pedra, se ainda estamos lembrados.”¹⁴). Através da listagem simbólica de nomes, ordenada de A a Z, o narrador, pretende enfatizar os homens sacrificados por uma promessa que lhes é alheia, como refere em: “já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, é essa a nossa obrigação, só para isso escrevemos, torná-los imortais, pois aí ficam, se de nós depende, Alcino; Brás, Cristóvão, Daniel, Egas, Firmino, Geraldo, Horácio, Isidro, Juvino, Luís, Marcolino, Nicanor, Onofre, Paulo, Quitério, Rufino, Sebastião, Tadeu, Ubaldo, Valério, Xavier, Zacarias, uma letra de cada um para ficarem todos representados”¹⁵.

Da mesma forma, é relatado o contraste entre o luxo vivido pela corte e a miséria enfrentada pelo povo, de forma a marcar o leitor e levá-lo a refletir sobre as desigualdades sociais e os mecanismos de dominação política. O rei, a aristocracia e o alto clero vivem na abundância e na ostentação enquanto

¹² Capítulo 21, página 323;

¹³ Capítulo 19, página 271;

¹⁴ Capítulo 19, final da página 285 e início da 286;

¹⁵ Capítulo 19, página 266.

milhares de trabalhadores vivem em condições miseráveis. Isto contribui para o carácter megalómano de D. João V , presente na sua decisão de aumentar a capacidade de acomodação do Convento de 13 para 300 frades e de acelerar a sua construção para o seu 41.º aniversário (“Carregou-se o sobrecenho de D. João V, porque a cansada lisonja em nada o aliviara, e indo abrir a boca para responder com secura, preferiu chamar outra vez os secretários e perguntar-lhes em que data voltaria a cair a um domingo o seu aniversário, passada esta de mil setecentos e trinta, pelos vistos não bastante prazo. Trabalharam eles afanosamente as suas aritméticas e com alguma dúvida responderam que o acontecimento tornaria a dar-se dez anos depois, em mil setecentos e quarenta. [...] Porém, D. João V teve um pensamento negro, viu-se-lhe na cara, e faz rápidas contas, mentais, com ajuda dos dedos, Em mil setecentos e quarenta terei cinquenta e um anos, e acrescentou lugubrememente, Se ainda for vivo. [...] E então D. João V disse, A sagração da basílica de Mafra será feita no dia vinte e dois de outubro de mil setecentos e trinta, tanto faz que o tempo sobre como falte, venha sol ou venha chuva, caia a neve ou sobre o vento, nem que se alague o mundo ou lhe dê o tranglomango.”¹⁶).

O romance reveste-se de uma carga fortemente crítica e denunciadora da corrupção, da tirania e da opressão ao valorizar o esforço dos trabalhadores anónimos e ao destacar a violência social escondida por trás da grandiosidade do Convento, o povo torna-se o verdadeiro herói da narrativa.

¹⁶ Capítulo 21, páginas 321, 322 e 323.

4. Crítica religiosa

Todavia, a principal crítica dirige-se à união entre o poder político e o poder religioso, que reprimem as liberdades individuais. Saramago denuncia o modo como a Igreja Católica e a Inquisição recorriam à religião para controlar a sociedade portuguesa do século XVIII.

Logo no início da narrativa, vê-se a associação de interesses destes dois órgãos, através da promessa do rei ao Frei António de construção de um convento franciscano: “Aquele que além está é frei António de S. José, a quem, falando-lhe eu sobre a tristeza de vossa majestade por lhe não dar filhos a rainha nossa senhora, pedi que encomendasse vossa majestade a Deus para que lhe desse sucessão, e ele me respondeu que vossa majestade terá filhos se quiser, e então perguntei-lhe que queria ele significar com tão obscuras palavras, porquanto é sabido que filhos quer vossa majestade ter, e ele respondeu-me, palavras enfim muito claras, que se vossa majestade promettesse levantar um convento na vila de Mafra, Deus lhe daria sucessão”¹⁷. Mais tarde, percebe-se o oportunismo subjacente à atitude do frade, na medida em que ele já sabia da gravidez da rainha, através da sua confissão, desfazendo a ideia de milagre associada à promessa do convento (“Agora não se vá dizer que, por segredos de confissão divulgados, souberam os arrábidos que a rainha estava grávida antes mesmo que ela o participasse ao rei. Agora não se vá dizer que D. Maria Ana, por ser tão piedosa senhora, concordou calar-se o tempo bastante para aparecer com o chamariz da promessa o escolhido e virtuoso frei António. Agora não se vá dizer que el-rei contará as luas que decorrerem desde a noite do voto ao dia em que nascer o infante, e as achará completas. Não se diga mais do que ficou dito.”¹⁸). A fé surge, assim, associada a interesses políticos e pessoais, transformando-se num instrumento de poder e influência, evidente no diálogo entre Baltasar e Blimunda: “Que foi que viste na hóstia, [...] Vi uma nuvem fechada, respondeu ela. [...] Blimunda disse, Esperava ver Cristo crucificado, ou ressurreto em glória, e vi uma nuvem fechada, Não penses mais no que viste, Penso, como não hei de pensar, se o que está dentro da hóstia é o que está dentro do homem, que é a religião [...] Entre a vida e a morte, disse Blimunda,

¹⁷ Capítulo 1, página 12;

¹⁸ Capítulo 2, página 27.

há uma nuvem fechada.”¹⁹, neste trecho, torna-se explícita a denúncia da Igreja como uma instituição construída sobre o dogma e a manipulação da fé, aproximando o divino da própria condição humana e questionando a verdade absoluta defendida pela religião.

O narrador critica esta instrumentalização da fé, mostrando como as decisões religiosas não resultam da verdadeira devoção espiritual, mas de interesses económicos e políticos. Neste contexto, através da construção do Convento de Maфра dá-se um aumento do número de casamentos, batizados e passamentos na vila, consequências económicas favoráveis para a Igreja (“É um vigário feliz, com a promessa de tão grande convento, oitenta frades confirmados, ali mesmo à porta de casa, com o que muito crescerá a vila em batizados, casamentos e passamentos, cada sacramento dispensando a sua parte material e espiritual, desta maneira tanto se reforçando a burra como a esperança de salvação, na direta razão dos vários atos e prestações”²⁰).

Além disso, o romance denuncia a hipocrisia e a corrupção do clero. Embora a Igreja imponha rígidas normas morais à população, muitos membros do clero não respeitam os próprios princípios que defendem. Ao longo da narrativa, surgem referências aos comportamentos promíscuos de frades e freiras, bem como aos favores prestados ao rei nos mosteiros (“de el-rei não falemos, que sendo tão moço ainda gosta de brinquedos, por isso protege o padre, por isso se diverte tanto com as freiras nos mosteiros e as vai emprenhando, uma após outra, ou várias ao mesmo tempo”²¹). Estas situações revelam a existência de uma moral dupla: enquanto o povo é obrigado a obedecer às regras religiosas, os representantes da Igreja vivem frequentemente em desrespeito dessas mesmas normas. O que leva à desmistificação dos representantes da Igreja, apresentando-os como figuras corruptas e hipócritas. O autor procura desmontar a imagem de santidade tradicionalmente associada à Igreja, evidenciando os interesses materiais e políticos escondidos por detrás da instituição religiosa. A riqueza acumulada pela Igreja e a preocupação constante com benefícios económicos reforçam essa crítica.

¹⁹ Capítulo 12, página 139;

²⁰ Capítulo 11, página 129;

²¹ Capítulo 9, fim da página 97 e início da 98.

Da crítica à Igreja faz, também, parte a crítica à Inquisição, que é realizada de forma mordaz e denunciadora de uma série de abusos de poder. Estas duas instituições são acusadas da promoção do fanatismo religioso e das superstições, contribuindo para a ignorância do povo. Recorre à manipulação e à censura de informação para que o poder exercido sobre os trabalhadores não seja questionado.

As ideias progressistas eram condenadas com o degredo ou com a fogueira, de acordo com o julgamento levado a cabo pelos elementos da Inquisição. A perseguição e a crueldade deste organismo são espelhadas nos autos de fé, onde as pessoas eram queimadas numa cerimónia popular, visível através da ironia do narrador em: "Cheira a carne queimada, mas é um cheiro que não ofende estes narizes, habituados que estão ao churrasco do auto-de-fé, e ainda assim vai o boi ao prato, sempre é um final proveito, que do judeu só ficam os bens que cá deixou."²². Promovia, deste modo, um ambiente de medo, repressão e intolerância, através do modo como agia com os hereges e com todos os que questionavam o poder religioso.

A perseguição promovida pela Inquisição dirigia-se não apenas aos hereges, mas também a todos aqueles que questionavam ou afrontavam as regras religiosas e os poderes instituídos ("juntando-se no Rossio para ver justicar a judeus e cristãos-novos, a hereges e feiticeiros, fora aqueles casos menos correntemente qualificáveis, como os de sodomia, molinismo, reptizar mulheres e solicitá-las, e outras miuçalhas passíveis de degredo ou fogueira."²³). É o caso da mãe de Blimunda, condenada ao degredo num auto de fé devido às suas "visões". Mais tarde, Bartolomeu de Gusmão receia que a construção da Passarola seja descoberta, uma vez que o engenho voador poderia ser interpretado como uma afronta ao poder religioso e ao conhecimento tradicional estabelecido.

Assim, a Igreja e o Santo Ofício são apresentados de forma cruel, hipócrita e ambiciosa, evidenciando a corrupção destas instituições. O narrador faz, através de uma prolepse, uma metáfora entre a Inquisição e os instrumentos de censura do Estado Novo. Tanto a Inquisição como a polícia política (PIDE)

²² Capítulo 9, página 106;

²³ Capítulo 5, página 52.

recorriam ao medo, repressão e à perseguição para controlar a sociedade e impor obediência.

Deste modo, Saramago denuncia a repetição histórica dos mecanismos de opressão e critica todas as formas de autoritarismo e limitação da liberdade de pensamento, refletindo as suas convicções humanistas e a defesa dos mais oprimidos.

5. Elementos ficcionais

O romance é marcado pela existência de duas linhas de ação, uma principal de carácter histórico, e outra secundária de carácter ficcional. Esta vertente ficcional associa-se ao fantástico, através de elementos sobrenaturais como os poderes de Blimunda, e imaginativos, com a construção da passarola, presente ao longo da obra.

Neste sentido, o autor cria personagens imaginárias para recriar criticamente a sociedade da época. Salientam-se Baltasar e Blimunda, bem como a mãe de Blimunda, Sebastiana Maria de Jesus, e a família de Baltasar.

Baltasar Sete-Sóis faz parte deste lado inventado da história, no entanto existem registos de uma família Sete-Sóis em Mafra. (“Este que por desafrontada aparência, sacudir da espada e desparelhadas vestes, ainda que descalço, parece soldado, é Baltasar Mateus, o Sete-Sóis.”²⁴) Foi um soldado na Guerra de Sucessão de Espanha, da qual perdeu a mão esquerda. É caracterizado como uma personagem simples, humilde e trabalhadora, na medida em que executa o projeto da construção da passarola, do padre Bartolomeu de Lourenço e, mais tarde, trabalha no convento de Mafra. Representa o povo português explorado pelo poder régio e religioso, devido à sua morte no auto de fé.

No que toca a Blimunda Sete-Luas, existem também testemunhos da época que mostram que pode ter sido baseada numa figura real. É caracterizada como misteriosa devido aos seus poderes sobrenaturais e tem bastante importância para o funcionamento da Passarola ao recolher as vontades, por conseguir ver dentro das pessoas quando está em jejum. Blimunda é destemida, inteligente, persistente e fiel, como se pode verificar na sua primeira manifestação “ai, ali está, Blimunda, Blimunda, Blimunda, filha minha, e já me viu, e não pode falar, tem de fingir que me não conhece ou me despreza, mãe feiticeira e marrana”²⁵. Além disso, é retratada como o oposto das mulheres da época, por ser independente e forte. Tem uma relação com Baltasar, baseada na promessa de nunca o ver por dentro (“Olhaste-me por dentro, Juro que nunca

²⁴ Capítulo 4, página 37;

²⁵ Capítulo 5, página 56;

te olharei por dentro, Juras que não o farás e já o fizeste, Não sabes de que estás a falar, não te olhei por dentro”²⁶).

Deste modo, os dois são as personagens centrais desta dimensão ficcional representando o amor, a liberdade e a complementaridade. A sua relação é vista como um amor puro e verdadeiro, uma vez que não são verdadeiramente casados, mesmo que o Padre Bartolomeu os tenha abençoado. (“Aceitas para a tua boca a colher de que se serviu a boca deste homem, fazendo seu o que era teu, agora tornando a ser teu o que foi dele, e tantas vezes que se perca o sentido do teu e do meu, e como Blimunda já tinha dito que sim antes de perguntada, Então declaro-vos casados. O padre Bartolomeu Lourenço esperou que Blimunda acabasse de comer da panela as sopas que sobejavam, deitou-lhe a bênção”²⁷).

Conheceram-se no auto de fé no qual a mãe de Blimunda, Sebastiana Maria de Jesus, foi condenada a oito anos de degredo em Angola. (“e aquele homem quem será, tão alto, que está perto de Blimunda e não sabe, ai não sabe não, quem é ele, donde vem, que vai ser deles poder meu, pelas roupas soldado, pelo rosto castigado, pelo pulso cortado, adeus Blimunda que não te verei mais, e Blimunda disse ao padre, Ali vai minha mãe, e depois, voltando-se para o homem alto que lhe estava perto, perguntou, Que nome é o seu, e o homem disse, naturalmente, assim reconhecendo o direito de esta mulher lhe fazer perguntas, Baltasar Mateus, também me chamam Sete-Sóis.”²⁸) A sua relação opõe-se à de D. João V e de D. Maria Ana, por não estar ligado ao dever e ao poder. O nome Sete-Sóis e Sete-Luas mostra esse equilíbrio entre os dois. O sol está ligado à força e ao trabalho, pertencendo a Baltasar, enquanto, a lua ao mistério, à intuição, à visão interior devido à falta de luz, estando assim, associada a Blimunda. Estão, os dois ligados à construção da Passarola, associando-os, ainda mais, à dimensão do fantástico e imaginário. (“O que meu for é de nós três, sem os teus olhos, Blimunda, não haveria passarola, nem sem a tua mão direita e a tua paciência, Baltasar.”²⁹). Esta mistura entre a ficção e a realidade torna a obra mais simbólica e crítica. O final, com a morte de Baltasar,

²⁶ Capítulo 5, página 59;

²⁷ Capítulo 5, página 59;

²⁸ Capítulo 5, página 56;

²⁹ Capítulo 16, página 209.

e, assim, com a separação das personagens, reforça a injustiça da sociedade da época, bem como a crítica à Igreja, com a morte no auto de fé. Além disso, mostra que o amor das personagens permanece como símbolo de resistência.

Saramago criou outras personagens como a família de Baltasar, a mãe, Marta Maria, o pai, João Francisco, a irmã, Inês Antónia e o seu marido, Álvaro Diogo. (“Quando Baltasar empurrou a porta e apareceu à mãe, Marta Maria, que é o seu nome, abraçou-se ao filho, abraçou-o com uma força que parecia de homem e era só do coração. [...] a irmã de Baltasar, única, casou-se e já tem dois filhos, chama-se Álvaro Pedreiro o homem dela, [...] chegara o pai de Baltasar, de seu nome João Francisco, filho de Manuel e Jacinta”³⁰). Estas personagens servem para representar o povo português, a ordem trabalhadora, e mostrar as suas dificuldades, bem como as desigualdades sociais. Demonstram a exploração do Terceiro Estado e a sua necessidade de sobrevivência, aumentando, assim, a profundidade da obra e reforçando a crítica social. Têm também o papel de aproximação da história ao leitor, dando-lhe um passado familiar.

João Elvas tem a mesma finalidade na obra. É um amigo de Baltasar, também um ex-soldado que lhe faz companhia no caminho para Lisboa. (“Já então se tinha ligado de amizade com outro antigo soldado, mais velho de anos e experiência, chamava-se este João Elvas, agora com modo de vida na rufiagem”³¹). É ele que lhe apresenta o padre Bartolomeu Lourenço, e informa-o da construção da máquina de voar, como é evidente em “e quando João Elvas, que da vida de Baltasar não sabia tudo, viu aproximar-se o padre, disse em continuação da conversa, Aquele que ali vem é o padre Bartolomeu Lourenço, a quem chamam o Voador”³². Volta a aparecer ao acompanhar a família real a Espanha para a troca das princesas, (“Quem diria a João Elvas, nos seus antigos tempos de soldadia, e nestes agora de vadiagem, ainda que pacífica, que havia de chegar-lhe a hora de acompanhar o rei de Portugal na sua ida ao rio Caia para levar uma princesa e trazer outra, sim, quem diria.”³³) onde fala com Julião Mau-Tempo, outro companheiro de Baltasar, sobre este amigo comum (“Mas a

³⁰ Capítulo 10, páginas 109 e 110;

³¹ Capítulo 4, página 47;

³² Capítulo 6, página 63;

³³ Capítulo 22, página 333.

conversa entre João Elvas e o homem que falara da pedra continuou mais adiante, disse o velho, De Mafra era um amigo meu de há muitos anos, nunca mais tive notícias dele, vivia em Lisboa, um dia desapareceu me da vista, coisas que acontecem, quem sabe se teria voltado para a terra, Se voltou para lá, talvez eu o tivesse encontrado, que nome era o dele, Chamava-se Baltasar Sete-Sóis e era maneta da mão esquerda, ficou-lhe na guerra, Sete-Sóis, Baltasar Sete-Sóis, não conheci eu outra pessoa, fomos camaradas no trabalho, Fico muito contente, afinal o mundo é bem pequeno, viemos dar os dois a esta estrada, e temos o mesmo amigo, Sete-Sóis era um bom homem”³⁴).

Quanto ao padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, como referido anteriormente, foi uma figura real e não fictícia. Foi, de facto, um inventor e um cientista, apelidado de “Padre Voador”, depois de apresentar um modelo de balão de ar quente a D. João V. Todavia, o autor fantasiou esta máquina imortalizando-a na sua obra. Por fim, foi perseguido pela inquisição, fugindo para Espanha onde morreu em 1724. O padre tem o sonho de voar criando a Passarola, e pondo em causa os dogmas da Igreja, patente no diálogo entre Baltasar e o Padre Bartolomeu, no qual o primeiro mostra preocupação perante as consequências de ir contra as ideias religiosas: “Parece-me que estão na verdade aqueles que disseram que essa arte de voar se entendia mais com o Santo Ofício que com a geometria, se eu estivesse no vosso caso dobraria de cautelas, olhai que cárcere, degredo e fogueira costumam ser a paga desses excessos, mas disto sabe um padre mais do que um soldado, Tenho cuidado e não me faltam proteções, Lá virá o dia.”³⁵. É visto como sonhador, visionário e ambicioso por ter tido a ideia e por a ter concretizado. Tem, na obra, uma relação de amizade e respeito com Baltasar e Blimunda, que contribuem tanto com o seu trabalho manual como com a recolha das vontades para a criação do sonho, da utopia, de voar (“O que meu for é de nós três, sem os teus olhos, Blimunda, não haveria passarola, nem sem a tua mão direita e a tua paciência, Baltasar.”³⁶)

A Passarola, a máquina voadora, é também uma componente ficcional muito importante porque introduz o fantástico na obra. No entanto, foi também um elemento histórico, na medida em que o padre Bartolomeu Lourenço sonho-

³⁴ Capítulo 22, página 346;

³⁵ Capítulo 6, página 68;

³⁶ Capítulo 16, página 209.

a, construiu-a e apresentou-a ao rei e à Corte. Contudo, historicamente, só se elevou um pouco do chão. Deste modo, a Passarola tem muita relevância no que toca a ficção na obra. É o fio condutor da história visto que o leitor acompanha a sua construção e o entusiasmo das personagens aquando do voo. Foi criada pelo padre, embora tenha sido construída por Baltasar e tenha voado devido às vontades recolhidas por Blimunda.

Simboliza a capacidade do Homem de alcançar o que se encontra acima das suas possibilidades, o sonho humano de voar. A máquina voa porque representa a ligação entre a ciência, o trabalho, a imaginação e a vontade. A sua construção é de acordo com o sonho, a utopia e por isso serve como forma de evasão de um mundo dominado pela injustiça e pelas desigualdades (“Agora, sim, podem partir. [...] A máquina estremeceu, oscilou como se procurasse um equilíbrio subitamente perdido, ouviu-se um rangido geral, eram as lamelas de ferro, os vimes entrançados, e de repente, como se a aspirasse um vórtice luminoso, girou duas vezes sobre si própria enquanto subia, mal ultrapassara ainda a altura das paredes, até que, firme, novamente equilibrada, erguendo a sua cabeça de gaivota, lançou-se em flecha, céu acima. [...] já mal se distinguia a quinta, logo perdida entre colinas, e aquilo além, que é, Lisboa, claro está, e o rio, oh, o mar, [...] A máquina deixou de subir, está parada no céu, de asas abertas, o bico virado para o Norte, se se está movendo, não parece. [...] quando o sol se puser, descera irremediavelmente a máquina, talvez caia, talvez se despedace e todos morrerão, É Mafra, além, grita Baltasar, [...] Para o lado do oriente já se avistam sombras, a noite está-se aproximando, não é possível fugir-lhe. [...] A máquina dá um salto brusco, levanta a cabeça, [...] a cair, mas menos depressa, e Blimunda grita, Baltasar, Baltasar, não precisou chamar três vezes; já ele se abraçara com a outra esfera, fazia corpo com ela, [...] a máquina que baixava, agora devagar, tão devagar que mal rangeram os vimes quando tocou o chão, [...] os três viajantes escorregaram para fora, [...] acharam-se estendidos no chão, nem sequer feridos de raspão,”³⁷).

A dimensão ficcional é marcada pela presença do fantástico, sobretudo através dos poderes de Blimunda e o funcionamento da Passarola. Estes

³⁷ Capítulo 16, páginas 214, 215, 216, 221, 222 e 223.

elementos dão à obra uma perspectiva mais imaginária diferente da realidade, o que a torna mais simbólica.

6. Relação entre história e ficção

A obra é marcada por uma grande mistura entre realidade e ficção. São combinadas figuras históricas como o rei e a rainha com personagens fictícias, Baltasar e Blimunda, de forma a criar uma narrativa mais crítica.

D. João V, D. Maria Ana de Áustria, o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão e Domenico Scarlatti surgem como personagens reais ligadas à construção do Convento, e, assim, ao contexto histórico do século XVIII.

Por outro lado, introduz Baltasar Sete-Sóis e Blimunda Sete-Luas de forma a explorar sentimentos, sonhos e dificuldades do Terceiro Estado. Valoriza, deste modo, a vida das pessoas trabalhadoras do povo em vez de focar-se na História oficial dos reis e da nobreza. A ficção tem a função de humanizar os acontecimentos históricos, dando ênfase aos que trabalham e suportam a História. Saramago torna o povo num herói épico, o construtor do Convento e da Passarola, o construtor do sonho e da utopia, e o rei numa figura grotesca e abusadora do seu poder absoluto. Na verdade, utiliza a ficção e a realidade para transmitir a sua visão crítica da sociedade, da Igreja e do poder absoluto.

Em contrapartida, Saramago denuncia também a desumanização do povo, através dos autos de fé, procissões e touradas, com a violência, o sangue e o sofrimento (“Porém, hoje é dia de alegria geral, porventura a palavra será imprópria, porque o gosto vem de mais fundo, talvez da alma, olhar esta cidade saindo de suas casas, despejando-se pelas ruas e praças, descendo dos altos, juntando-se no Rossio para ver justicar a judeus e cristãos-novos, a hereges e feiticeiros, fora aqueles casos menos correntemente qualificáveis, como os de sodomia, molinismo, reptizar mulheres e solicitá-las, e outras miuçalhas passíveis de degredo ou fogueira. [...] E estando já passados quase dois anos que se queimaram pessoas em Lisboa, está o Rossio cheio de povo duas vezes em festa por ser domingo e haver auto-de-fé, nunca se chegará a saber de que mais gostam os moradores, se disto, se das touradas, mesmo quando só estas se usarem.”³⁸). Critica-o quanto à sua ignorância e oposição ao progresso, evidenciado no entusiasmo apresentado nos autos de fé. É censurado de acordo com a sua submissão perante a Igreja e a Corte, as ordens mais fortes. Neste

³⁸ Capítulo 5, página 52.

sentido, acaba por se aproximar mais da condição animal do que da humana, devido ao sofrimento que provoca aos outros deliberadamente. O povo é a ordem mais fraca, exposta ao sofrimento e à exploração dos poderosos. Por isso, é marcado por sentimentos fortes como coragem e resiliência, bem como amor puro e sem interesses, e amizades leais, como se pode verificar com Baltasar e Blimunda.

Esta articulação tem como objetivo expor as desigualdades sociais, com o luxo da corte e a miséria do povo, (“Medita D. João V no que fará a tão grandes somas de dinheiro”³⁹ e “No geral do ano há quem morra por muito ter comido durante a vida toda, [...] Mas não falta, por isso mesmo falecendo mais facilmente, quem morra por ter comido pouco durante toda a vida, ou o que dela resistiu a um triste passadio de sardinha e arroz, mais a alface que deu a alcunha aos moradores, e carne quando faz anos sua majestade.”⁴⁰). O narrador tem compaixão pelos desfavorecidos retratando-os com humildade e dignidade, mesmo na morte. Por sua vez, apresenta um discurso irónico, cómico e marcado pelo sarcasmo ao caracterizar a vida da corte e a sua hipocrisia.

No final da obra é evidente outra crítica devido à morte de Baltasar pela Inquisição. O desfecho da obra mostra a fragilidade da liberdade e dos sonhos humanos perante o poder e a opressão. Contudo reforça também a esperança, na medida em que Blimunda pelo seu amor a Baltasar continuou à sua procura.

O autor censura a violência e a intolerância na sociedade da época (“São onze os suplicados. A queima já vai adiantada, os rostos mas se distinguem. Naquele extremo arde um homem a quem falta a mão esquerda. Talvez a barba enegrecida, prodígio cosmético da fuligem, parece mais novo. E uma nuvem fechada está no centro do seu corpo. Então Blimunda disse, Vem. Desprendeuse a vontade de Baltasar Sete-Sóis, mas não subiu para as estrelas, se à terra pertencia e a Blimunda.”⁴¹).

Portanto, nota-se que Saramago pretende reescrever a História dando importância aos que ajudaram a construí-la. Utiliza a ficção como um espaço de recuperação e valorização da dignidade humana em vez de imortalizar os poderosos.

³⁹ Capítulo 18, página 250;

⁴⁰ Capítulo 3, página 29;

⁴¹ Capítulo 25, página 399 e 400.

7. Conclusão

Concluindo, este trabalho sugere a reflexão entre a articulação de acontecimentos e figuras históricas reais com elementos ficcionais e fantásticos, criando uma narrativa que ultrapassa o simples romance histórico. O narrador apresenta uma visão crítica da sociedade portuguesa do século XVIII, marcada pelo absolutismo régio, pelo poder opressivo da Igreja e Inquisição e pelas profundas desigualdades sociais.

Ao longo da obra, Saramago desconstrói a História oficial, tradicionalmente centrada nos reis e nos grandes feitos nacionais, valorizando o povo anónimo que tornou possível a construção do Convento de Mafra. Por outras palavras, Saramago não escreve a história dos vencedores, mas a memória dos que carregaram os vencedores às costas. Deste modo, é importante meditar sobre o título da obra: *Memorial do Convento*. Mais uma vez nota-se o tom irónico de Saramago, na medida em que pretende relembrar os trabalhadores da construção do convento e não o património deixado por D. João V.

Por isso, as personagens fictícias como Baltasar e Blimunda permitem humanizar a narrativa e dar voz aos mais esquecidos e marginalizados da História. Ao mesmo tempo, elementos simbólicos e fantásticos, como a Passarola, representam o sonho, a liberdade e a capacidade criadora do ser humano.

Além disso, é importante analisar a escrita de Saramago, que contribui para uma forte dimensão crítica e reflexiva. Recorrendo à ironia, ao contraste entre a linguagem erudita e simples, aos inúmeros comentários realizados ao longo da obra e, frequentemente, à mudança de narrador ou ao uso da 1ª pessoa do singular e plural o romance assume uma forma de denúncia das desigualdades sociais, dos abusos do poder político e religioso e da opressão exercida sobre o povo, sem esquecer uma forte crítica social.

Assim, *Memorial do Convento* afirma-se como uma obra profundamente humanista, na qual História e ficção se complementam para questionar a

realidade, denunciar injustiças e valorizar a liberdade, a dignidade humana e o poder transformador do sonho.

8. Bibliografia

- CRUZ, Ricardo, SOUSA, Isolete, TAVARES, Bárbara, PINHEIRO, Daniela, Marca a Página – Português 12.^a Ano. 1. ed. Porto Editora, 2024;
- SARAMAGO, José. Memorial do Convento. 63. ed. Lisboa: Porto Editora, 2022.

9. ANEXO 1

“D. João, quinto do nome na tabela real,” - Referência ao rei, cap.1, p 9.

” D. Maria Ana Josefa, que chegou há mais de dois anos da Áustria para dar infantes à coroa portuguesa” - Referência à rainha, cap.1, p 9.

“Perguntou el-rei, É verdade o que acaba de dizer-me sua eminência, que se eu prometer levantar um convento em Mafra terei filhos, e o frade respondeu, Verdade é, senhor, porém só se o convento for franciscano, e tornou el-rei, Como sabeis, e frei António disse, Sei, não sei como vim a saber, eu sou apenas a boca de que a verdade se serve para falar, a fé não tem mais que responder, construa vossa majestade o convento e terá brevemente sucessão, não o construa e Deus decidirá.” - Referência à construção do convento, cap.1, p 12.

“Então D. João, o quinto do seu nome, assim assegurado sobre o mérito do empenho,” - Vida de D. João V, cap.1, p 13.

“Prometo, pela minha palavra real, que farei construir um convento de franciscanos na vila de Mafra se a rainha me der um filho no prazo de um ano a contar deste dia em que estamos,” - Referência à promessa da construção do convento, cap.1, p 13.

“[...] mandada fazer de propósito pelo rei, a cama, a quem custou setenta e cinco mil cruzados, que em Portugal não há artífices de tanto primor, e, se os houvesse, sem dúvida ganhariam menos. A desprevenido olhar nem se sabe se é de madeira o magnífico móvel, coberto como está pela armação preciosa, tecida e bordada de florões e relevos de ouro, isto não falando do dossel que poderia servir para cobrir o papa.” - Crítica à luxuosidade em que vivia a monarquia absoluta; capítulo 1, páginas 14 e 15.

“[...] sempre cuida a rainha que seria sua obrigação levantar-se para as últimas orações,” - Referência à igreja, cap.1, p 16.

“Tanto mais que convento em Mafra o anda a querer a ordem de S. Francisco desde mil seiscentos e vinte e quatro, ainda estava rei de Portugal um Filipe espanhol, que, apesar de o ser e portanto dever dar-lhe só cuidado mínimo a fradaria de cá, pelos dezasseis anos que conservou a realeza nunca deu consentimento.” - Referência à dinastia de Filipes, cap. 2, p 26.

“A promessa está feita, a rainha parirá, a ordem franciscana colherá a palma da vitória, ela que do martírio tantas colheu. Cem anos à espera não será excessiva mortificação para quem conta viver a eternidade.” - Crítica à Igreja, interesseira e oportunista, capítulo 2, página 26.

“Vai sair a procissão de penitência. Castigámos a carne pelo jejum, maceremo-la agora pelo - açoite. Comendo pouco purificam-se os humores, sofrendo alguma coisa escovam-se as costuras da alma. Os penitentes homens todos, vão à cabeça da procissão, logo atrás dos frades que transportam os pendões com as representações da Virgem e do Crucificado. Seguinte a eles aparece o bispo debaixo do pálio rico, e depois as imagens nos andores, o regimento interminável de padres, confrarias e irmandades, todos a pensarem na salvação da alma, alguns convencidos de que a não perderam, outros duvidosos enquanto se não acharem no lugar das sentenças, porventura um deles pensando secretamente que o mundo está louco desde que nasceu.” - Referência à Igreja e à Inquisição, cap.3, p 30.

“Passa a procissão entre filas de povo, e quando passa rojam-se pelo chão homens e mulheres, arranham a cara uns, arrepelam-se outros, dão-se bofetões todos, e o bispo vai fazendo sinaizinhos da cruz para este lado e para aquele, enquanto um acólito balouça o incensório. Lisboa cheira mal, cheira a podridão, o incenso dá um sentido à fetidez, o mal é dos corpos, que a alma, essa, é perfumada.” - Crítica à Igreja e à Inquisição que negligenciam o estado dos que trabalham, capítulo 3, página 30.

“[...] frenéticas as mulheres reclamam força no braço, querem ouvir o estalejar dos rabos do chicote que o sangue corra como correu o do Divino Salvador, enquanto latejam por baixo das redondas saias, e apertam e abrem as coxas segundo o ritmo da excitação e do seu adiantamento.” - Crítica social ao Terceiro Estado aquando da procissão da Quaresma, capítulo 3, página 32.

“D. Maria Ana, como razões acrescentadas de recato, tem a mais a maníaca devoção com que foi educada na Áustria, e a cumplicidade que deu ao artifício franciscano, assim mostrando ou dando a entender que a criança que em seu ventre se está formando é tão filha do rei de Portugal como do próprio Deus, a troco de um convento.” - Referência à promessa do Convento, cap 3, p 34

“D. Maria Ana deitou-se muito cedo, rezou antes de ir para a cama, em murmurado coro com as damas que a servem, e depois, coberta já pelo seu cobertor de penas, torna a rezar, reza infinitamente” - Influência da Igreja, cap 3, p 34.

“Porém, hoje é dia de alegria geral, porventura a palavra será imprópria, porque o gosto vem de mais fundo, talvez da alma, olhar esta cidade saindo de suas casas, despejando-se pelas ruas e praças, descendo dos altos, juntando-se no Rossio para ver justiça a judeus e cristãos-novos, a hereges e feiticeiros, fora aqueles casos menos correntemente qualificáveis, como os de sodomia, molinismo, reptizar mulheres e solicitá-las, e outras miuçalhas passíveis de degredo ou fogueira.” - Crítica social à Igreja, capítulo 5, página 52.

“Quando, de manhã, Baltasar acordou, viu Blimunda deitada ao seu lado, a comer pão, de olhos fechados. Só os abriu, cinzentos àquela hora, depois de ter acabado de comer, E disse, Nunca te olharei por dentro.” - Elemento ficcional, poder de Blimunda, fim do capítulo 5, página 60.

“Porque eu voei, e disse Baltasar, duvidoso, Com perdão da confiança, só os pássaros voam, e os anjos, e os homens quando sonham, mas em sonhos não há firmeza,” -Elemento ficcional, Passarola, capítulo 6, página 66.

“Haveremos convento.” - Promessa do Convento, capítulo 7, página 78.

“Eu posso olhar por dentro das pessoas. Sete-Sóis soergueu-se na enxerga, incrédulo, e também inquieto, Estás a mangar comigo, ninguém pode olhar por dentro das pessoas, Eu posso,” - Elemento ficcional, poder de Blimunda, capítulo 8, página 81.

“[...] coitada da rainha, que seria dela se não fosse o seu confessor António Stieff, jesuíta, por lhe ensinar resignação, e os sonhos em que lhe aparece o infante D. Francisco com marinheiros mortos pendurados dos arções das mulas” - Crítica à rainha e aos seus pensamentos impuros, capítulo 9, início da página 98.

“O pai disse, Vendi a terra que tínhamos na Vela, não que a vendesse mal, treze mil e quinhentos réis, mas vai fazer-nos falta, Então por que a vendeu, Foi el-rei quem a quis, a minha e outras, E para que as quis el-rei, Vai mandar construir ali um convento de frades, não ouviste falar disso em Lisboa, Não senhor, não ouvi, Disse aí o 27 vigário que foi por causa duma promessa que el-rei fez, se lhe nascesse um filho, quem agora pode ganhar bom dinheiro é o teu

cunhado, vão precisar de pedreiros." - Crítica à construção do convento, à influência da Igreja sobre a Coroa e as consequências do carácter megalómano de D. João V, capítulo 10, página 112.

"Haviam sido terras de cultivo, agora estão abandonadas. As estremas que ainda se mantêm visíveis, as sebes, os caniçados, os valados já não separam propriedades. Tudo isto pertence ao mesmo dono, a el-rei, que se ainda não pagou, pagará, que lá de boas contas é ele, faça-se-lhe essa justiça. João Francisco Sete-Sóis está à espera da sua parte, pena que não fosse tudo dele, ficava rico, até agora alcançam as escrituras de venda trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos réis, e com o andar dos tempos, ao que isto ainda está para crescer, passará de quinze milhões de réis, número que pesa muito nas fracas cabeças populares, por isso traduziremos em quinze contos e quase cem mil réis, um poder de dinheiro." - Crítica à monarquia e ao convento, capítulo 10, páginas 117 e 118.

"Se o negócio é bom ou mau, isso depende, que o dinheiro não tem sempre o mesmo valor, ao contrário dos homens, que sempre valem o mesmo, tudo e coisa nenhuma." - Crítica à exploração do povo, capítulo 10, página 118.

"Primeiro falou-se em treze frades, depois subiu para quarenta, agora já andam os franciscanos da albergaria e da capela do Espírito Santo a dizer que hão de ser oitenta" - Crítica à construção do convento e da sua grandiosidade, capítulo 10, página 118.

"Deite-me a sua bênção, minha mãe, Deus te abençoe, meu filho, não falou Blimunda, não lhe falou Baltasar, apenas se olharam, olharem-se era a casa de ambos." - Influência da Igreja, cap 10, p 119

"Na guerra de João perdeu a mão Baltasar, na guerra da Inquisição perdeu Blimunda a mãe, nem João ganhou, que feitas as pazes ficámos como dantes, nem ganhou a Inquisição, que por cada feiticeira morta nascem dez, sem contar os machos, que também não são poucos." - Crítica à exploração do povo pelos mais poderosos, capítulo 10, página 119.

"[...] mas há quem prefira a oração, é o caso da rainha, devota parideira que veio ao mundo só para isso, ao todo dará seis filhos, mas de preces contam-se por milhões, agora vai à casa do noviciado da Companhia de Jesus, agora à igreja paroquial de S. Paulo, agora faz a novena de S. Francisco Xavier, agora visita a imagem de Nossa Senhora das Necessidades, agora vai ao convento de

S. Bento dos Loios, e vai à igreja paroquial da Encarnação, e vai ao convento da Conceição de Marvila, e vai ao convento de S. Bento da Saúde, e vai visitar a imagem de Nossa Senhora da Luz, e vai à igreja do Corpo Santo, e vai à igreja de Nossa Senhora da Graça, e à igreja de S. Roque, e à igreja da Santíssima Trindade, e ao real convento da Madre de Deus, e visita a imagem de Nossa Senhora da Lembrança, e vai à igreja de S. Pedro de Alcântara, e à igreja de Nossa Senhora do Loreto, e ao convento do Bom Sucesso” - Influência da Igreja, cap 10, p 120

“D. Maria Ana ficou em Lisboa a rezar e depois foi continuar a reza para Belém.” - Influência da Igreja, cap 10, p 122

“Disse o padre, Dentro de nós existem vontade e alma, a alma retira-se com a morte, vai lá para onde as almas esperam o julgamento, ninguém sabe, mas a vontade, ou se separou do homem estando ele vivo, ou a separa dele a morte, é ela o éter, é portanto a vontade dos homens que segura as estrelas, é a vontade dos homens que Deus respira, E eu que faço, perguntou Blimunda, mas adivinhava a resposta, Verás a vontade dentro das pessoas Nunca a vi, tal como nunca vi a alma, Não vês a alma porque a alma não se pode ver, não vias a vontade porque não a procuravas, Como é a vontade, E uma nuvem fechada, Que é uma nuvem fechada, Reconhecê-la-ás quando a vires,” - Elemento ficcional, explicação a Blimunda de como encontrar as vontades, capítulo 11, página 135.

“ [...] dentro de mim a graça de ser rei na terra, ganhará qual dos dois, o que for de carne para sentir, eu, rei e varrasco, bem sabeis como as monjas são esposas do Senhor, é uma verdade santa, pois a mim como a Senhor me recebem nas suas camas, e é por ser eu o Senhor que gozam e suspiram segurando na mão o rosário, carne mística, misturada, confundida, enquanto os santos no oratório apuram o ouvido às ardentes palavras que debaixo do sobrecéu se murmuram, sobrecéu que sobre o céu está, este é o céu e não há melhor, e o Crucificado deixa pender a cabeça para o ombro, coitado, talvez dorido dos tormentos, talvez para melhor poder ver Paula quando se despe, talvez ciumento de se ver roubado desta esposa, flor de claustro perfumada de incenso, carne gloriosa, mas enfim, depois eu saio e lá lhe fica, se empenhou, o filho é meu “ -Crítica à Igreja e referência aos favores sexuais prestados aos reis pelas freiras, capítulo 13, página 170.

“Desceram Scarlatti e Bartolomeu de Gusmão ao Terreiro do Paço” - Menção ao Padre Bartolomeu e a Scarlatti, cap 14, p 176

“Se a passarola do padre Bartolomeu de Gusmão chegar a voar um dia, gostaria de ir nela e tocar no céu” - Menção ao Padre Bartolomeu, cap 15, p 194

“[...] que quem julgou fazer a cavalo a viagem para baixo, vai ter de fazê-la por seu pé, nem é muito, três léguas para lá, três para cá, é certo que os caminhos não são bons, mas tantas vezes já fizeram os bois e os homens esta jornada com outros carregos, que só de pôr no chão a pata e a sola logo veem que estão em terra conhecida, ainda que custosa de subir e perigosa de descer.” - Descrição das condições sobre-humanas a que os homens que carregavam a pedra da varanda do convento eram submetidos, capítulo 19, página 266.

“[...] todo o mundo puxa com entusiasmo, homens e bois, pena é que não esteja D. João V no alto da subida, não há povo que puxe melhor que este.” Crítica à desvalorização que o rei tem pelos trabalhadores que lhe constroem o Convento, capítulo 19, página 273.

“Neste dia, desde o nascer do sol até ao fim da tarde, fizeram uns mil e quinhentos passos, menos de meia légua das nossas, ou, se quisermos julgar por comparação, o equivalente a duzentas vezes o comprimento da laje.” - Exploração do povo, cap 19, pp 278 e 279

“Mas a aflição tornava-se agonia se o caminho era a descer. A todo o momento o carro se escapava, era preciso meter-lhe logo os calços, desatreлар as juntas quase todas, três ou quatro de cada lado chegavam para mover a pedra, mas então tinham os homens de pegar às cordas da traseira da plataforma, centenas de homens como formigas, de pés fincados no chão, corpos inclinados para trás, músculos retensos, sustentando o carro que ameaçava arrastá-los para o vale, lançá-los para fora da curva como uma chicotada.” - Descrição das dificuldades e das condições laborais a que os homens que carregavam a pedra da varanda do convento estavam submetidos, capítulo 19, página 279.

“Tantas horas de esforço para tão pouco andar, tanto suor, tanto medo, e aquele monstro de pedra a resvalar quando devia estar parado, imóvel quando deveria mexer-se, amaldiçoado sejas tu, mais quem da terra te mandou tirar e a nós arrastar por estes ermos.” - Exploração do Povo, cap 19, p 280

“Fatigosos dias, mal dormidas noites. Por estes barracões repousam os operários, passam de vinte mil, acomodados em beliches toscos, para muitos, em todo caso, melhor cama que a nenhuma das suas casas, só a esteira no chão, o dormir vestido, a capa por inteiro agasalho, ao menos, em tempo de frio, se aquecem aqui os corpos uns aos outros, pior é quando vem o calor, com o bichado de pulga e percevejo a chupar o sangue, e também o piolho da cabeça, o outro do corpo, os torturantes pruridos.”- Péssimas condições do trabalho, cap 20, p 302

“Foram as ordens, vieram os homens. De sua própria vontade alguns, aliciados pela promessa de bom salário, por gosto de aventura outros, por desprendimento de afetos também, à força quase todos. Deitava-se o pregão nas praças, e, sendo escasso o número de voluntários, ia o corregedor pelas ruas, acompanhado dos quadrilheiros, entrava nas casas, empurrava os cancelos dos quintais, saía ao campo a ver onde se escondiam os relapsos, ao fim do dia juntava dez, vinte, trinta homens, e quando eram mais que os carcereiros atavam-nos com cordas, variando o modo, ora presos pela cintura uns aos outros, ora com improvisada pescoceira, ora ligados pelos tornozelos, como galés ou escravos. Em todos os lugares se repetia a cena, Por ordem de sua majestade, vais trabalhar na obra do convento de Mafra, e se o corregedor era zeloso, tanto fazia que estivesse o requisitado na força da vida como já lhe escorregasse o rabo da tripeça, ou pouco mais fosse que menino. Recusava-se o homem primeiro, fazia menção de escapar, apresentava pretextos, a mulher no fim do tempo, a mãe velha, um rancho de filhos, a parede em meio, a arca por confortar, o alqueive necessário, e se começava a dizer as suas razões não as acabava, deitavam-lhe a mão os quadrilheiros, batiam-lhe se resistia, muitos eram metidos ao caminho a sangrar.” - Crítica ao rei e ao seu poder absoluto e grandiosidade, ordens do rei postas em prática, obrigando, escravizando pessoas para a construção do convento, capítulo 21, páginas 323 e 324.